



Prefeitura de Magé - RJ
Professor I - Educação Física

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de texto	1
Vocabulário: sentido denotativo e conotativo, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia	3
Ortografia: emprego das letras, das palavras	4
da acentuação gráfica	14
Pontuação: emprego de todos os sinais de pontuação	16
Classes de palavras: Pronomes - classificação, emprego e colocação pronominal (próclise, ênclise e mesóclise); Verbos - emprego dos modos e tempos, flexões dos verbos irregulares, abundantes e defectivos e vozes verbais; Preposições - relações semânticas estabelecidas pelas preposições e locuções prepositivas; Conjunções - classificação, relações estabelecidas por conjunções, locuções conjuntivas; Substantivos - classificação e flexões; Adjetivos - classificação e flexões	20
Termos da oração: identificação e classificação. Processos sintáticos de coordenação e subordinação. 8. Classificação dos períodos e orações	38
Concordância nominal e verbal	46
Regência nominal e verbal	48
Emprego do acento indicativo de Crase	50
Questões	52
Gabarito	62

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Magé/RJ	1
Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Magé/RJ	57
Regimento das Unidades Educacionais (Decreto 3793/2024)	102
Lei N° 1642 - Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal de Magé	151
Questões	173
Gabarito	177

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

História da educação.....	1
Filosofia da educação.....	10
Educação no mundo atual.....	12
Relacionamento professor e aluno.....	14
Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.....	15
Papel do professor.....	24
Função e papel da escola.....	25
Interdisciplinaridade no ensino fundamental: teorias e práticas.....	26
Tendências do pensamento pedagógico.....	27
Avaliação da aprendizagem escolar.....	30
Atividades recreativas.....	32
Aprendizagem: leitura e escrita.....	33
Processo ensino-aprendizagem: avaliação.....	34
Planejamento de aula e avaliação de aprendizagem.....	35
Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades.....	40
Instrumentos e atividades pedagógicas.....	48
Métodos de alfabetização.....	49
Didática: métodos, técnicas, recursos e material didático.....	51
Educação inclusiva: fundamentos, políticas e práticas escolares.....	57
Legislação da educação básica.....	68
Políticas públicas da educação básica.....	69
Financiamento e gestão da educação.....	70
O projeto político pedagógico da escola.....	71
Rotina e gestão em sala de aula.....	74
Questões das relações do grupo.....	75
Relação família x escola.....	77
Ação pedagógica.....	86
Objetivos do ensino fundamental.....	88
Brincar e aprender.....	89
Aprendendo a aprender.....	91
Identificação da população a ser atendida, a atividade econômica, o estilo de vida, a cultura e as tradições.....	97
Interação social.....	99
Resolução de problemas.....	101
Organização do currículo.....	103

SUMÁRIO



Erro e aprendizagem	105
A construção do conhecimento	107
Lei federal nº 9.394 De 20/12/1996	109
Lei federal nº 10.793, De 01/12/2003 – altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 Da lei 9.394/96, Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	141
Lei federal nº 10.639/03 – Altera a lei no 9.394, De 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afrobrasileira”, e dá outras providências	142
Lei federal nº 11.114, De 16/05/05 – altera os artigos 6º, 30, 32 e 87 da lei 9394/96, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade	142
Lei federal 11.274, De 06/05/06 – altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade	143
Lei federal nº 12.976, De 04/04/2013 – altera a lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências	144
Resolução nº 4/10 – define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica	147
Resolução nº 7/10 – fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos	163
Parecer nº 11/2010 que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos	175
Estatuto da criança e do adolescente – lei nº 8.069/90	199
Lei brasileira de inclusão – lei nº 13.146/15	266
Plano nacional de educação – lei 13.005/14	298
Base nacional comum curricular/2018	321
Questões	375
Gabarito	383

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O currículo escolar, a prática educativa e a função pedagógica	1
Planejamento, projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico	5
Conhecimentos específicos e diferentes possibilidades de inserção na escola das culturas corporais de movimento: jogos, esporte, ginástica, lutas, dança e capoeira	15
Abordagens pedagógicas, concepção de aprendizagem, objetivos, planejamento, metodologia, conteúdos e avaliação	36
O desenvolvimento motor na infância e adolescência	57
Atividade física e saúde	59
Inclusão dos alunos com deficiência na Educação Física	60



Principais características, implicações e considerações sobre a prática de atividades físicas	70
Educação Física e socorros de urgência	78
Respostas fisiológicas ao exercício físico	83
Conhecimentos básicos em Informática.....	98
Ética profissional	141
Questões	158
Gabarito.....	166

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE MAGÉ, DE 05 DE ABRIL DE 1990

Nós, Vereadores Constituinte, no exercício dos poderes outorgados pelo § único do Artigo 11 do Ato das Disposições transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgado em 05 de outubro de 1988; e artigo 342 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de outubro de 1989 reunidos em Assembléia e exercendo nossos mandatos em perfeito acordo com a vontade política e destinado a assegurar os anseios dos cidadãos Mageenses, dentro dos limites autorizados pelos princípios Constitucionais que disciplinam a Federação Brasileira, promulgamos, sob a proteção, de Deus a presente LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MAGÉ.

TÍTULO - I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Magé, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade Territorial que integra a organização político administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados e suprimidos por Lei Municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 3º O Município integra a divisão administrativa do Estado.

Art. 4º A sede do Município dá-lhe o nome e, tem a categoria de cidade, enquanto a sede do distrito tem a categoria de vila.

Art. 5º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Parágrafo único. O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e, de outros recursos minerais de seu território.

Art. 6º São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira, o Hino, Emblemas e SLOGANS representativos de sua cultura e história.

(Nova redação dada pela Emenda nº 042, de 09/08/2001).

TÍTULO - II

DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL (ARTS. 7º E 8º)

Art. 7º Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observado o disposto nesta Lei Orgânica e, na legislação estadual pertinente;

V - instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

VI - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:



— Educação na Antiguidade

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

– **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

– **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

– **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A paideia, como era chamada a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

– **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se prepararem para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Esses dois modelos – o humanista e cidadão em Atenas e o militar e disciplinado em Esparta – ilustram as visões contrastantes de educação na Grécia Antiga, com efeitos duradouros sobre a filosofia educacional e as práticas pedagógicas no Ocidente.



Conhecimentos Específicos

O currículo escolar é o instrumento que organiza e orienta as ações pedagógicas no ambiente educacional, funcionando como um guia para a seleção de conteúdos, métodos e estratégias de ensino. Na Educação Física, a definição curricular é fundamental, pois garante que a área seja tratada como um componente obrigatório, alinhado aos princípios educacionais e ao desenvolvimento integral dos alunos.

► Conceitos Fundamentais de Currículo

O currículo é entendido como o conjunto de saberes, valores e práticas planejados e organizados para o processo educativo em uma instituição. Ele não se limita a uma lista de conteúdos, mas envolve:

- **Dimensão cultural:** valorização dos saberes socialmente construídos.
- **Dimensão política:** compromisso com a formação de cidadãos críticos e reflexivos.
- **Dimensão pedagógica:** seleção de conteúdos e métodos que promovam a aprendizagem significativa.

Na perspectiva crítica, o currículo é um espaço de disputa, onde diferentes visões de mundo influenciam a definição do que deve ser ensinado.

► Referenciais Legais e Orientações Curriculares

A Educação Física é orientada por diretrizes legais que garantem sua presença no currículo escolar. Entre os documentos mais relevantes estão:

- **Constituição Federal de 1988:** o artigo 205 estabelece a educação como um direito de todos e a Educação Física como parte desse direito.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96:** no artigo 26, § 3º, determina a obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica.
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** a Educação Física é integrada à área de Linguagens, com competências específicas que promovem o desenvolvimento motor, social e cultural dos alunos.

Esses referenciais asseguram que a Educação Física não seja marginalizada no ambiente escolar, reforçando sua contribuição para a formação integral.

► A Educação Física como Componente Curricular Obrigatório

Integração no Currículo Escolar

A Educação Física, como componente curricular obrigatório, deve atender às seguintes diretrizes:

- **Articulação com outras áreas do conhecimento:** explorando temas transversais, como saúde, cultura corporal e cidadania.
- **Respeito às especificidades da faixa etária:** garantindo a adequação dos conteúdos às etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Conteúdos Fundamentais

De acordo com a BNCC, os conteúdos de Educação Física são organizados em unidades temáticas, como:

- Jogos e brincadeiras.
- Esportes.
- Danças.
- Ginásticas.